REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DISCIPLINAR DO ESPORTE MUNICIPAL (CDEM) DE LAJES/RN

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTES ETURISMO - SEJET

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DISCIPLINAR DO ESPORTE MUNICIPAL (CDEM) DE LAJES/RN

A Comissão Disciplinar do Esporte Municipal (CDEM), instituída pelo Decreto Municipal n^{o} 002/2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Turismo (SEJET), com base nas disposições legais e normativas vigentes, aprova o presente Regimento Interno para regular o seu funcionamento, deliberação e votação.

CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO E DA ESTRUTURA

- **Art. 1º** A Comissão Disciplinar do Esporte Municipal (CDEM) será composta por 3 (três) membros, conforme descrito no Art. 2º do Decreto Municipal nº 002/2025, sendo:
- I 1 (um) representante da SEJET;
- II 1 (um) representante da sociedade civil, com reconhecida experiência em desporto;
- III 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Município.
- **Art. 2º** A estrutura da CDEM será composta pelos seguintes cargos:
- I Presidente:
- II Relator;
- III Membro.
- § 1º O Presidente, o Relator e o Membro serão escolhidos entre os membros da comissão, na primeira reunião ordinária, mediante votação interna, e homologados por Portaria da SEJET.
- $\S 2^{\circ}$ Em caso de vacância, afastamento ou impedimento de qualquer membro, este será substituído por outro, conforme estabelecido no Decreto Municipal $n^{\circ} 002/2025$.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DA CDEM

- Art. 3º São atribuições da Comissão Disciplinar do Esporte Municipal (CDEM):
- I Apurar infrações disciplinares relacionadas à prática esportiva no município de Lajes/RN;
- II Instruir e julgar processos disciplinares, aplicando as sanções cabíveis;
- III Propor medidas educativas e preventivas para a promoção da disciplina e da ética no esporte municipal;
- IV Assessorar a SEMJET na elaboração de normas e regimentos disciplinares para o esporte municipal;
- V Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias para deliberação sobre infrações e processos disciplinares.

CAPÍTULO III - DO FUNCIONAMENTO DA CDEM

- **Art. 4º** O funcionamento da CDEM será regulamentado de acordo com as necessidades do esporte municipal e os casos que forem encaminhados à comissão.
- Art. 5º A CDEM se reunirá:
- I Ordinariamente, uma vez por mês ou conforme a necessidade;
- II Extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por solicitação da SEMJET, as reuniões serão realizadas de forma virtual.
- **Art. 6º** A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias será feita por meio de comunicação oficial enviada aos membros da comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- **Art. 7º** O Conselho de Julgamento só poderá deliberar e julgar com todos os seus membros presentes.
- Art. 8º As decisões da CDEM serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.
- § 1º Caso haja empate nas deliberações, o Presidente terá o voto de desempate.
- $\S 2^{\circ}$ As deliberações serão registradas em ata, que deverá ser lida, aprovada e assinada pelos membros da comissão presentes.

CAPÍTULO IV - DOS DEVERES E DIREITOS DOS CONSELHEIROS

- Art. 9º São deveres dos conselheiros da CDEM:
- I Não se manifestar sobre processos ainda não julgados;
- II Declarar-se impedido de participar de qualquer julgamento em que haja conflito de interesse;
- III Cumprir os prazos estabelecidos para a realização das atividades da CDEM;
- IV Manter sigilo sobre os processos e as deliberações da comissão até a sua divulgação oficial.
- **Art. 10º** São direitos dos conselheiros da CDEM:
- I Pedir vistas aos processos quando não suficientemente esclarecidos para votar;
- II Representar contra irregularidades ou infrações disciplinares de que tenham conhecimento;
- III Apreciar livremente as provas dos autos;
- IV Ter lugar de destaque nas praças esportivas durante a realização dos jogos.

CAPÍTULO V - DO PROCESSO DISCIPLINAR

- **Art.** 11º O processo disciplinar será instaurado por denúncia formal, encaminhada à CDEM, que, após a análise preliminar, decidirá pela continuidade ou arquivamento do processo.
- Art. 12º Durante o processo disciplinar, serão observados os seguintes procedimentos:
- I Notificação do acusado sobre a infração e a instauração do processo;
- II Concessão de prazo para defesa;
- III Análise e julgamento das provas apresentadas;
- IV Aplicação da sanção, caso a infração seja confirmada.
- **Art. 13º** O prazo para a conclusão dos processos disciplinares será de até 30 (trinta) dias, salvo casos excepcionais que justifiquem prorrogação, mediante deliberação da CDEM.

CAPÍTULO VI - DAS SANÇÕES

- Art. 14º As sanções aplicáveis, conforme a gravidade das infrações, poderão ser:
- I Advertência:
- II Multa;
- III Suspensão temporária;

W	- Desc	lassifica	ഹ്മ്വ വ	ı exclusão	de	competições.
ΙV	- DESC.	ιασσιπισ	icao ot	i caciusao	uc	COMPETITORS

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º O Regimento Interno poderá ser alterado por deliberação da maioria dos membros da CDEM, com a devida homologação pela SEJET.

Art. 16º Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Lajes/RN, em 24 de janeiro de 2025.

FRANCISCO CARLOS DE LIMA COSTA

Presidente - CDEM

Portaria nº 001/2025 - SEJET

Publicado por: Robson Augusto Cosme Souza

Código Identificador:DB30B71F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 04/08/2025. Edição 3594

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: